

## **A técnica para sociabilidade: experiências das tecnologias de comunicação móvel no Brasil**

Cristian Caê Seemann Stassun<sup>1</sup>

Se não por preparação, talvez como boa precaução, este é o momento de trazer ao proscênio aspectos da revolução da comunicação móvel no campo social para os leitores atentos aos novos enfrentamentos dos seres humanos com as inovações tecnológicas. Em abril de 2011 o Brasil surpreendeu como um dos maiores consumidores de celulares do mundo e, de acordo com os dados da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), ultrapassou a marca de 210 milhões de linhas de Serviço Móvel Pessoal, sendo que, só nos três primeiros meses do ano, foram registradas 7,6 milhões de novas habilitações, o maior número para o período nos últimos 11 anos. Escrito pelos mais importantes pesquisadores do tema na área das ciências sociais aplicadas no país, apresentamos um livro que discute o papel cultural, sócio comunicacional e artístico da comunicação móvel e das tecnologias da mobilidade no Brasil, traçando um cenário abrangente e dinâmico entre essas tecnologias e suas relações com o corpo, a cidade, a vigilância, a arte, o jornalismo, as mídias locativas e a inclusão digital.

Traduzido para o português, com adaptações para o público brasileiro, é a primeira contribuição brasileira no campo a ter uma projeção internacional. O livro *Comunicação e Mobilidade. Aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil*, organizado por André Lemos e Fabio Josgrilberg, é um conjunto de artigos publicado na revista eletrônica canadense *Wi – Journal of Mobile Media* (<http://wi.hexagram.ca>), em julho de 2009.

Os textos apresentam uma sincronia temática, alocando desde a abrangência geral do tema até exemplos e aplicabilidades das tecnologias. Inicialmente, no artigo *Comunicação móvel no contexto brasileiro*, Eduardo Campos Pellanda mostra o impacto do aumento de conexões resultantes da tecnologia móvel no país,

---

<sup>1</sup>Psicólogo, Especialista em Psicologia Clínica, Mestre em Psicologia, Doutorando Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. <http://www.cristianstassun.com.br>



Esta obra foi licenciada com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/).

discutindo a relação entre as funcionalidades dos celulares, sua hiper-pessoalidade, a criação de alternativas de desenvolvimento econômico e, principalmente, os impactos subjetivos a partir da conexão dos aparelhos com a internet. O celular perpetua-se para além de sua função original de comunicação por voz e vira um fetiche tecnológico com as mesmas funções de um computador: essa relação torna-se um fenômeno que invade a compreensão do espaço virtual e real, derrubando novas fronteiras para comunicação de pessoas no Brasil. O autor mostra os dilemas e tendências da entrada de governos municipais na oferta de redes sem fio de acesso à internet, destacando a importância dos investimentos relacionados à internet pela magnitude de seu impacto como próximo canal de expansão da comunicação móvel no país.

Fabio B. Josgrilberg, em *Redes municipais sem fio: o acesso à internet e a nova agenda da cidade*, fala sobre os projetos brasileiros das “cidades digitais”, sonho compartilhado pelo governo federal e discurso político de inclusão digital de estados e municípios ao querer implantar redes comunitárias de internet sem fio. O autor descreve parcerias público-privadas que visam não prejudicar as empresas do setor, destacando a importância do envolvimento da comunidade em comitês de regulação dessa tecnologia e alertando sobre a necessidade de acessibilidade, custo sustentável e estrutura viável para sua implantação.

Essas alternativas de oferecer sistemas de comunicação e informação gratuita à população é um desafio no contexto do país. No artigo *Espectro aberto e mobilidade para a inclusão digital no Brasil*, Sérgio Amadeu da Silveira explica como a população cada vez mais busca estratégias de acesso à internet com plataformas, sites e redes gratuitas, mesmo a legislação das telecomunicações no Brasil sendo contra o crescimento de redes *wireless* abertas, o custo da comunicação no país ser um dos mais elevados do mundo e a realidade socioeconômica ter índices consideráveis de concentração de renda. Com modestas frequências do espectro de transmissão, o autor cita exemplos de pequenas cidades brasileiras que implantaram redes gratuitas, e descreve um resultado de casas conectadas superior a média nacional, com efeitos positivos aos usos educacionais, culturais e serviços de governo eletrônico.

Gilson Schwartz, em vez de citar como o governo pode oferecer a rede, incita exemplos de como ela hoje é usada com a suficiência que tem para benefício de

grupos de iguais em grandes cidades. O artigo *Identidade, valor e mobilidade: Motoboys em São Paulo* apresenta uma visão crítica de como a categoria dos “Profissionais Motociclistas” de baixa renda, alta mobilidade e baixa escolaridade formam um fluxo sanguíneo vital de uma cidade com novos serviços, negócios e produtos. Schwartz afirma que o tipo de gestão social sustentável, existente em estruturas como os *MotoAnjos*, abrirá ainda novos canais de formalização de relações trabalhistas, monitoramento para fins de políticas públicas e de ocupação do território, organização sindical e associativismo, cuidados ambientais e promoção de novos canais de distribuição de produtos e conteúdos digitais, de equipamentos a bens de consumo audiovisuais. Esses novos canais abertos pelo projeto dos *Motoboys* em São Paulo mostram como as mídias móveis podem ajudar a reinventar as relações sociais no espaço urbano, mais precisamente no tráfego caótico de São Paulo.

Também no nível profissional do uso dessa tecnologia, Fernando Firmino da Silva, no artigo *Tecnologias móveis como plataformas de produção no jornalismo*, mostra experiências em *sites* de notícias e redes de televisão do país sobre o uso de banda larga 3G e recursos da Web 2.0 para alimentar fontes de informações e gerar maior mobilidade às equipes de jornalismo. Para o autor, não existe mais trabalho fixo no jornalismo, as redes permitem emitir informações de qualquer lugar onde exista sinal. Essas mudanças criam impactos na prática dos jornalistas, na cultura das redações e no processo de produção e distribuição de conteúdo em um ambiente de convergência, multiplicidade de suportes e da expansão da mobilidade. Esse novo cenário de diversificação midiática permite a convergência que entrecruza TV-internet-celular-rádio-impressos, com a publicação instantânea via dispositivos portáteis conectados a redes sem fio e a propagação de microblogs, *live streaming* e produção colaborativa, de formas muito mais ágeis atendendo a necessidade atual que é capaz, aos poucos, de transportar os jornais impressos somente para internet, com notícias que se atualizam a cada segundo. É a emergência da mobilidade dos produtores e consumidores de informação combinados com a exigência do mercado.

Quando se expressa os benefícios e potencialidades das tecnologias ao mesmo tempo, talvez em roga da mesma velocidade, cria-se uma série de argumentos que devem ser levados em consideração, não apenas pela criticidade

ou noção de risco, mas com os abusos do uso da técnica. André Lemos, no capítulo *Arte e mídia locativa no Brasil*, aborda sobre a racionalização dos espaços exercida na nova fase da cibercultura, com o surgimento de tecnologias e serviços baseados em localização no contexto brasileiro. É uma nova territorialidade, onde a localização e movimentação do usuário com informações geradas (*upload* e *download*) a partir de dispositivos móveis dentro das ligas do ciberespaço apontam para uma fusão dos espaços eletrônico e físico, rompendo fronteiras e bordas invisíveis, na qual emergem formas atuais de vigilância, controle e monitoramento móvel. Nesse sentido, Lemos adverte que é preciso entender a sociedade da informação em seu todo, pois ela cria zonas de controle informacional, territorializações e funções eletrônico-digitais nos lugares do “mundo real”, buscando de forma inteligente informações das pessoas e retransmitindo comercialmente disparos de marketing específicos para cada população. As experiências de geolocalização, uso de QR codes, realidade aumentada, experiências de arte com mídias locativas, GPS e tecnologias móveis, em suas potencialidades e promessas, como qualquer arte, em sua época, são expressão, rebeldia e suscitação de sentimentos que mostram ao ser humano seus limites, medos e, porque não, seus piores desejos ocultos, cada um dispostos em seus territórios de controle.

É dessa territorialização e funções eletrônico-digitais nos lugares do “mundo real” que Lucas Bambozzi explora em seu artigo sobre o “lugar” na arte, não “rebuscando” mais uma discussão sobre *site-specific* em si, mas enfatizando aspectos referentes à exterioridade da obra de arte, em um entorno que envolve o espaço público compartilhável, em tempos de mobilidade e sob a influência de tecnologias de posicionamento e geolocalização. No capítulo, *Aproximações arriscadas entre site-specific e artes locativas*, ele aponta projetos brasileiros da chamada “arte locativa” como proposta de exploração, unindo elementos físicos e informacionais, para além da criação de novos *gadgets*, mas como ferramenta de aproximação da realidade social. Falar disso é a tentativa de mostrar como o espaço público se transforma com a influência dos meios de comunicação de massa e de interesses comerciais privados, seus modos de controle por se aproximar dos rastros (rastreamento por satélite) e seus desvios por se distanciar dos lastros (pontos de geolocalização) que deixam pelo caminho.

A mobilidade, a tecnologia e o lugar não subsistem em si sem considerar o ser humano se deslocando no espaço com seu corpo intercambiante. *Revisitando o corpo na era da mobilidade*, de Lucia Santaella, propõe um momento de ressignificação de valores e conceitos sobre o estatuto do corpo humano no momento em que começa a perder as coordenadas físicas, as escalas de espaço e tempo, a percepção de si frente ao real e virtual dos espaços informacionais das redes, nas experiências de tele presença e nos espaços simulados do *Second Life* e da realidade virtual. Isto é, existe uma percepção de que cada vez mais as pessoas estão passando boa parte de suas vidas na frente de telas de computador ou na companhia de celulares, e uma preocupação em relação aos impactos dessa relação entre o ser humano e as tecnologias surge. Certo de que o espaço físico não engaja toda dimensão do eu, pois a fisicalidade e o virtual são representações que fazem a psique ligar à memória na compreensão do mundo envolta; a percepção do corpo no ciberespaço, como apontam os especialistas, não se perde ao esquecimento do corpo, visto que essa insegurança serve apenas para fundamentar visões dualistas que separam o real e virtual, material e espectral, e corpo e mente. Mas ao tratar o corpo como retorno de seu objetivo, o ser humano retroalimentando e reagindo aos estímulos propagados pela informação, torna-se condição, talvez como somente uma peça, em um jogo que contribui com o deslocamento e fluxo de informações no ciberespaço. O corpo com seu celular agregado, por exemplo, não apenas recebe informação em movimento, mas também pode emitir seus sinais, observando atentamente os movimentos, o trânsito e os pontos de encontro como usuário das tecnologias móveis.

O corpo vigiado não é mais exclusividade das prisões e antessalas. Agora o corpo excluído pela vigilância é incluído serenamente por ela. Em *Vídeo-vigilância e mobilidade no Brasil*, Fernanda Bruno traz o resultado de uma pesquisa realizada entre 2007 e 2008 sobre a incorporação da vídeo-vigilância em espaços públicos de livre circulação no Brasil. Em entrevistas com os responsáveis pela instalação e monitoramento das câmeras e análises em jornais brasileiros disponíveis na internet, o artigo analisa o regime de visibilidade e de controle da mobilidade vigente na utilização da vídeo-vigilância como dispositivo de segurança nos contextos urbanos brasileiros. A ampliação da capacidade de mobilidade dos indivíduos multiplica-se em dispositivos “distribuídos” de monitoramento, vigilância e controle de ações,

informações, comportamentos e comunicação dos usuários, sem mais haver distância material, espacial, temporal ou informacional que interponha dispositivo e sujeito/objeto vigiado. A autora está se referindo a mistura de dispositivos que não são prioritariamente voltados para a vigilância, mas com potenciais projetados inicialmente para outras finalidades: comunicação, publicidade, geolocalização. Em relação a vídeo-vigilância, a tensão e aceitação pública é diferente destes outros instrumentos. Por um lado, assegura-se a mobilidade dos cidadãos permitindo o consumo, acessibilidade e civilidade, por outro, faz parte de processos de gentrificação, estigmatizando e sendo alocadas em áreas de risco, transpondo identidades de pessoas normais em vítimas ou suspeitas potenciais.

Da liberdade de expressão e deslocamento com sua tecnologia, o corpo e a subjetividade se veem numa era de vigilância, não somente lembrando as leituras de Michel Foucault. O sujeito deseja ser vigiado para ser cuidado, deseja a tecnologia para estar atualizado com inovação e em seus próximos passos para um novo tipo de fenômeno, a vontade de ser geolocalizado. Este livro abre a discussão para os novos modelos de sociabilidade que estão por vir intermediados pelo desenvolvimento da técnica. Os telefones móveis e a internet se encontraram no desejo do ser humano em criar seus grupos e se localizar nas redes sociais. Porém, sem antes entender o que existe, esses artigos servem para o leitor preparar o seu ponto de vista frente ao que está por vir.

Os dados brasileiros são reais. O crescimento das tecnologias móveis ergue uma economia que cresce sem limite. O lucro só não é maior que a velocidade e a inventividade que a informática trouxe às ilhas de desenvolvedores na internet. Esse desafio é encontrado na escrita desse livro, pois existe uma dificuldade que permanece nesse tipo de produção acadêmica: a criação de tecnologia, as novidades de acessibilidade, os dados populacionais de consumo não acompanham uma durabilidade temporal mínima das informações e dos constructos teóricos relacionados pelos autores. Cito o exemplo do número de celulares no Brasil, que em 2008 apontavam 140 milhões de aparelhos ativos e em 2010 quase 190 milhões, ou dos sistemas de geolocalização social que se formaram a partir de 2008, ou mesmo o fenômeno do *Facebook* que é “febre” nos celulares, com ferramentas de comunicação, postagem de informações e emissão de pontos de localização com o *Facebook Places*. Em 2010 esse sistema alcançou o número de 600 milhões de

usuários. No Brasil também poderíamos citar o sucesso econômico-social que permitiu a ascensão de grande parte da população que saiu da linha da pobreza para fazer parte da classe C, que consome muita tecnologia e gera um fator ímpar e sólido de como a população brasileira vai ter acesso às tecnologias e vai gastar com elas, e de como as empresas vão desenvolver aparelhos, *softwares*, expandir os sinais de internet e, principalmente, modular suas campanhas de marketing para esse novo público.

Por esses motivos, aponto *Comunicação e Mobilidade* como primeira leitura para se entender o fenômeno que passamos, com a presença de autores com alto nível de criticidade, coerência e, principalmente, linguagem acessível não só para pesquisadores e estudantes de graduação, mas também para interessados em compreender um pouco além os rumos e as perspectivas das tecnologias de comunicação móvel e seus usos no Brasil. Este livro merece reedições, tanto quanto novas publicações sobre o tema, para dar conta da diversidade e velocidade das inovações tecnológicas da área de mobilidade e internet no Brasil. E acrescento, em seu mérito, que continuem disponibilizando acesso do livro pela internet, pois é nela que merecemos expor também conhecimento fidedigno, crítico e de qualidade comprovada por esses autores.

Lemos, André; Josgrilberg, Fabio. (Orgs.). **Comunicação e mobilidade**: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009. 156 p. ISBN 978-85-232-0658-1

Artigo:

Recebido em: 27/06/2011

Aceito em: 13/12/2011